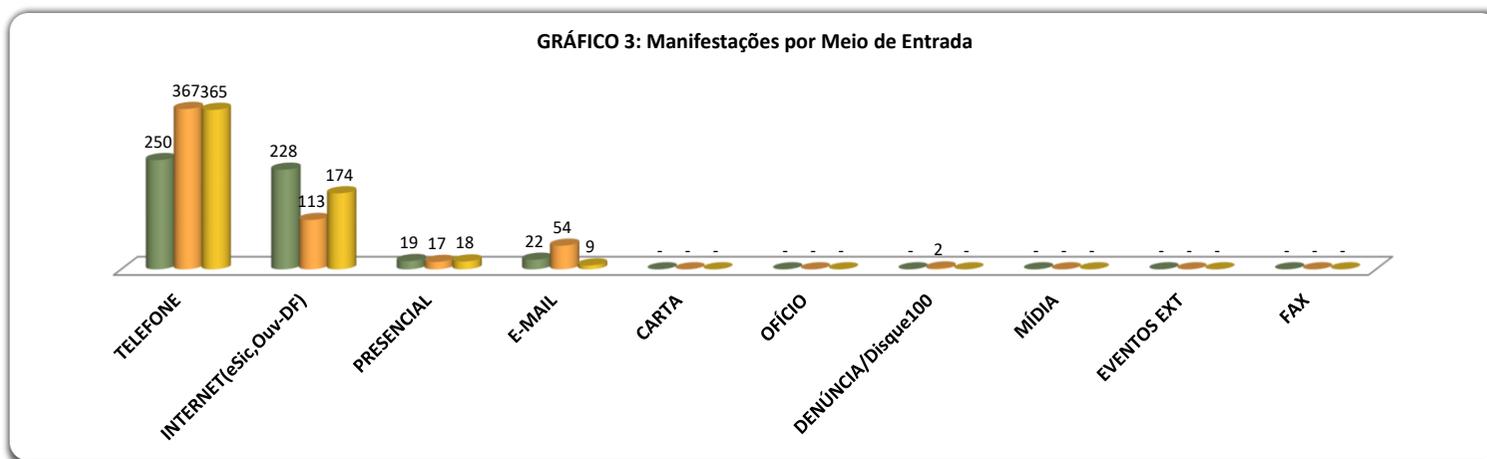
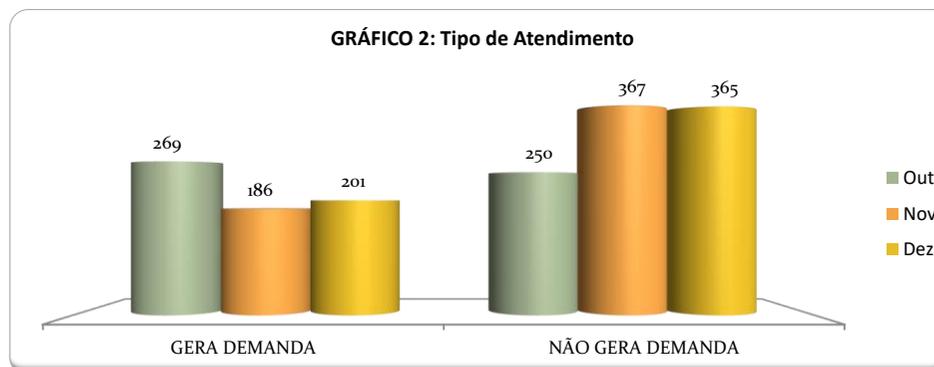
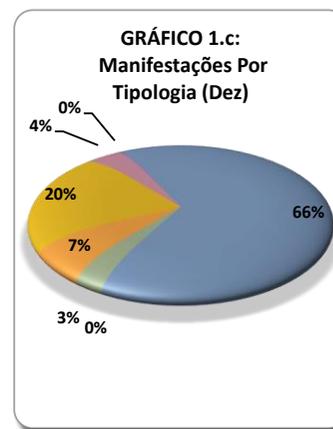
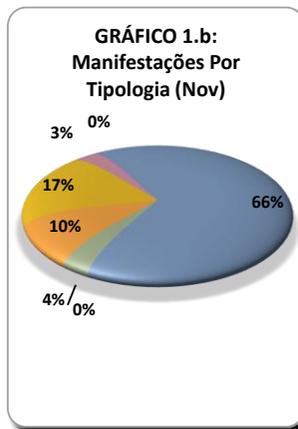
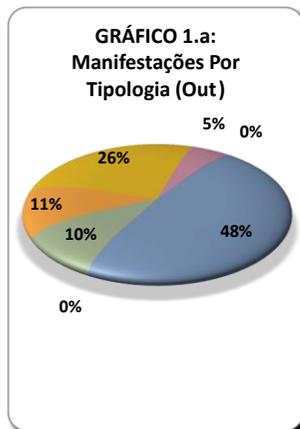


TIPOLOGIA	Out	Nov	Dez
SOLICITAÇÕES	53	19	18
RECLAMAÇÕES	56	55	38
DENÚNCIAS	132	94	116
ELOGIOS	26	17	22
SUGESTÕES	2	1	1
INFORMAÇÕES	250	367	371
OUTROS	-	-	-
TOTAL	519	553	566

ATENDIMENTO	Out	Nov	Dez
GERA DEMANDA	269	186	201
NÃO GERA DEMANDA	250	367	365
TOTAL	519	553	566

MEIO DE ENTRADA	Out	Nov	Dez
TELEFONE	250	367	365
INTERNET(eSic,Ouv-DF)	228	113	174
PRESENCIAL	19	17	18
E-MAIL	22	54	9
CARTA	-	-	-
OFÍCIO	-	-	-
DENÚNCIA/Disque100	-	2	-
MÍDIA	-	-	-
EVENTOS EXT	-	-	-
FAX	-	-	-
TOTAL	519	553	566



RELATÓRIO TRIMESTRAL DE OUVIDORIA(Out/Nov/Dez/2019) ÓRGÃO: PCDF

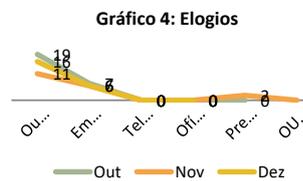
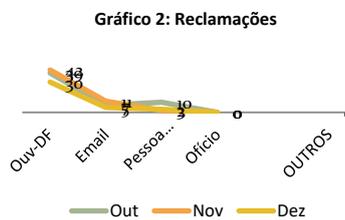
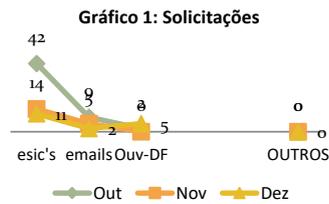
SOLICITAÇÕES	Out	Nov	Dez
esic's	42	14	11
emails	9	5	2
Ouv-DF	2	0	5

OUTROS	0	0	0
TOTAL	53	19	18

RECLAMAÇÕES	Out	Nov	Dez
Ouv-DF	39	42	30
Email	7	11	5
Pessoalmente	10	2	3
Ofício	0	0	0
OUTROS	0	0	0
TOTAL	56	55	38

DENÚNCIAS	Out	Nov	Dez
Ouv-DF	123	89	102
Email's	9	3	14
Ofício	0	0	0
Disque-100	0	2	0
OUTROS	0	0	0
TOTAL	132	94	116

ELOGIOS	Out	Nov	Dez
Ouv-DF	19	11	16
Email	7	6	6
Telefone	0	0	0
Ofício	0	0	0
Presencial	0	2	0
OUTROS	0	0	0
TOTAL	26	17	22



RELATÓRIO TRIMESTRAL DE OUVIDORIA(Out/Nov/Dez/2019)

ÓRGÃO: PCDF

1 – APRESENTAÇÃO

Este relatório foi elaborado diante da necessidade do mapeamento e interpretação dos dados relativos à aplicabilidade da Lei de acesso à informação no âmbito da Controladoria Geral do Distrito Federal visando à melhoria dos processos de trabalho e da gestão pública. Os dados foram extraídos do Sistema Eletrônico de Informação ao Cidadão (e-SIC).

2 – A LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO EM NÚMEROS

A extração de dados quantitativos visando o mapeamento das demandas tornou-se necessária para facilitar a interpretação das informações no processo de tomada de decisão. Dessa forma elencamos alguns itens que merecem consideração. A saber:

Obs: Os dados relatados a partir dos meses informados dizem respeito aos pedidos de informação registrados somente no Sistema e-Sic, disciplinados pela Lei de Acesso à Informação Lei 4.990/2012

2.1 – QUANTO A FORMA ESCOLHIDA PELO CIDADÃO PARA REALIZAR O PEDIDO

PEDIDOS	Out	Nov	Dez	SUBTOTALS
PRESENCIAIS	0	0	0	0
INTERNET	42	19	11	72
			TOTAL	72

2.2 – QUANTO AO TRATAMENTO CONFERIDO AOS PEDIDOS

PEDIDOS	Out	Nov	Dez	SUBTOTALS
CONCEDIDOS	24	19	18	61
NEGADOS	5	2	2	9
REENCAMINHADOS	1	0	1	2
			TOTAL	72

2.3 – QUANTO A APRESENTAÇÃO DE RECURSOS

MÊS	RECURSO 1ª INSTÂNCIA	RECURSO 2ª INSTÂNCIA	RECURSO 3ª INSTÂNCIA	SUBTOTALS
Out	0	0	0	0
Nov	2	0	0	0
Dez	2	0	0	0
			TOTAL	4

2.4 – QUANTO À OMISSÃO DE RESPOSTA INICIAL

MÊS	RECLAMAÇÃO À AUTORIDADE DE MONITORAMENTO	RECLAMAÇÃO NÃO RESPONDIDA NO PRAZO	SUBTOTALS
Out	0	0	0
Nov	0	0	0
Dez	0	0	0
		TOTAL	0

3 – PRINCIPAIS ASSUNTOS DEMANDADOS (SUGERE-SE A CRIAÇÃO DE UMA TABELA E GRÁFICOS INDICANDO PORCENTAGEM)

Para esse trabalho será necessário uma análise dos assuntos tratados de acordo com a quantidade de registros sobre o tema. Ressalta-se a importância em viabilizar as informações mais solicitadas nos canais oficiais na internet (transparência ativa) após consulta quanto ao sigilo junto às unidades de assessoria jurídica.

4 – RECOMENDAÇÕES / SUGESTÕES

Esse item deve contar com a análise técnica dos dados visando dotar o gestor máximo do órgão / entidade de recomendações e sugestões passíveis de aplicação em curto, médio e longo prazo. Deve-se considerar nesse momento os recursos necessários para tal aplicação (humanos, materiais, orçamentários, prazos, etc) sendo que tais informações podem ser consolidadas com os demais setores do órgão.

5 – CONCLUSÃO

Para a conclusão deve-se considerar a importância do levantamento dos dados, definida a periodicidade, visando o acompanhamento das políticas de melhoria dos processos de trabalho (incluindo a aplicação da LAI) e de gestão pública. Sugere-se a construção de mapas (dados) comparativos.